

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TREZE** -----

----- Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da Presidente em Exercício, Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Roque Alexandre e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário, em exercício e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Presidente da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, o Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pelo Senhor Deputado Municipal José Roque Alexandre e a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva)-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria

Margarida Matos Mota, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Natacha Machado Amaro, Ana Paula da Silva Viseu, Maria Isabel Gentil Penha Ferreira, Sandro Daniel Gonçalves dos Santos Araújo, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Igor Boal Roçadas, Susana Maria da Costa Guimarães, Nuno Ferreira Pintão, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Francisco Alves da Silva Ramos, Mário Joaquim Gomes Branco, João Pulido Pereira Freire de Andrade, Nelson Pinto Antunes, Luís Graça Gonçalves e Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo e Mafalda Ascensão Cambeta.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Mário Joaquim Gomes Branco.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros.-----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Pintão.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal. Luís Graça Gonçalves-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), período compreendido entre 4 a 29 de julho, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- João Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Isabel Gentil. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo. -----

----- Maria Margarida Matos Mota (PS), na sequência do seu pedido de suspensão por 180 dias com início a 11 de fevereiro de 2016, retoma funções não perfazendo assim o período solicitado. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 36/2016, de 27 de junho de 2016, foi injustificada a falta da Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), à 90ª reunião da AML (57ª Sessão Ordinária), realizada em 12 de janeiro de 2016 e também foram justificadas as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Deputado Municipal, por inerência, de Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Estrela, à 109ª Reunião da AML (71ª Sessão Extraordinária), realizada em 31 de maio de 2016, a Deputada Municipal Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá (PS), à 110ª reunião da AML (72ª Sessão Extraordinária), realizada em 7 de junho de 2016 e o Deputado Municipal, por inerência, de Fábio Martins de Sousa (PCP) – Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, à 111ª reunião da AML (3ª Sessão Ordinária – 1ª reunião), realizada em 21 de junho de 2016. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Jorge Máximo, Paula Marques e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia em exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu quero em nome da Mesa saudar todos os Senhores Deputados e Deputadas, os Senhores Vereadores, o público presente e a comunicação social. -----

----- Passamos, penso que...peço aos Senhores Deputados que se sentem e que haja um pouco mais de silêncio na sala. -----

----- Passo já a informar a Assembleia que no passado dia 29 de Junho a Senhora Deputada Municipal Margarida Mota, que se encontrava com o mandato suspenso desde o dia 11 de fevereiro e por 180 dias, comunicou o seu regresso antecipado ao exercício de funções nesta Assembleia. Nos termos do disposto do nº7 do Artigo 7 do Regimento da Assembleia Municipal, a referida comunicação produziu os seus efeitos a partir do dia 30 de Junho, assim, tendo a Deputada Municipal Margarida Mota retomado as suas funções neste órgão municipal, consideram-se cessadas as funções exercidas pelo cidadão Nuno Ferreira Pintão, enquanto membro substituto desta Deputada Municipal. -----

----- Findo isto, penso que, quero ainda informar a Assembleia que da ordem de trabalhos de hoje o Ponto nº1 foi adiado a pedido da Senhora Presidente da Assembleia, a Arquiteta Helena Roseta, a Senhora Arquiteta tem ainda nesta fase algumas dúvidas e pediu o adiamento do Ponto nº1. -----

----- Temos pois nesta sessão dois pontos, o Ponto nº2 declarações políticas e o Ponto nº3 a apreciação de um debate sobre a habitação em Lisboa.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que passaria agora às intervenções do público. -----

----- Temos 7 cidadãos inscritos, eu chamava a primeira a Senhora Dona Ana XXXXXXXXXX Araújo.” -----

----- **A Senhora Ana XXXXXXXXXX Araújo**, em representação da Associação "Ama Areeiro", fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, boa tarde Senhora Presidente. -----

----- *Eu sou a Ana Paula Araújo e represento a AMA Areeiro que é uma Associação dos Moradores e Amigos do Areeiro, formada há muito pouco tempo. -----*

----- *Tenho três questões a colocar: -----*

----- *Sabendo que a Câmara tem, em sua posse, cerca de trinta mil casas, como está o programa de verificação completa que, em 2012, visava corrigir as irregularidades e pôr termo aos abusos? Quantas destas casas foram regularizadas e vieram para o mercado comercial de arrendamento? -----*

----- *Segunda pergunta, a Airbnb, está a provocar, em Lisboa, um terramoto no arrendamento urbano de longa duração e na própria rede hoteleira da cidade, sem cumprir, quase sempre, os seus deveres fiscais. Isto leva à expulsão das famílias da cidade e a um aumento generalizado das rendas por redução de oferta de arrendamento de longa duração, agora, convertidos em alojamentos de curta duração. Qual é a estratégia da autarquia para enfrentar este problema? -----*

----- *Terceira questão, como decorre a execução do programa Renda Acessível que pretendia colocar no mercado até sete mil casas com rendas entre duzentos e cinquenta e quatrocentos e cinquenta euros? Quantas destas casas foram entregues? Quais serão os critérios de elegibilidade? Quando prevê a Câmara terminar estas entregas, e quantas destas casas estão situadas na Freguesia do Areeiro? -----*

----- Convido todos os presentes a assistirem ao projeto da Ama Areeiro que irá, hoje, decorrer na Paróquia da Igreja de S. João de Deus, vamos apresentar o nosso projeto, é uma apresentação pública, pelo que estão todos convidados.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Filomena [REDACTED] Santos**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Deputados, eu Filomena [REDACTED] Santos, residente [REDACTED], aqui em Lisboa, [REDACTED], [REDACTED], residente em Portugal, Lisboa, [REDACTED], com residência habitual em Lisboa, venho muito respeitosamente, solicitar à Senhora Presidente, uma resposta à carta que lhe entreguei no mês de fevereiro, sobre pedido der habitação. Tive cento e dezassete pontos na lista definitiva, no qual candidatei-me em outubro de 2015.-----

----- Senhora Presidente, “de que vale o homem ganhar o mundo inteiro para se perder a sua alma”, Lucas 9:25. De que vale eu ter a casa cheia de mantimentos e os outros a precisarem de comer? De que vale a Câmara ter muitas casas, e as pessoas a viverem de porta em porta, ou na rua?-----

----- Senhora Presidente, a [REDACTED] está sendo destruída. Eu clamo a Deus, em nome de Jesus, pelo sangue que ele derramou na cruz, pela [REDACTED].-----

----- Jesus disse: “o ladrão só vem para roubar e matar e destruir. Eu vim porque tenho a vida e com a abundância”, João 10:10.-----

----- São Paulo disse: “Jesus, a tua graça me basta”. E eu digo, graça a Deus, obrigado Deus, porque só a graça de Deus me basta. Vivendo, desta maneira, de [REDACTED], só a graça de Deus me basta.-----

----- Depois, Jesus disse: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Eu estou a conhecer a verdade, a palavra de Deus, eu acho que Deus me vai libertar.-----

----- Agora, eu pergunto, eu entreguei uma carta e estou à espera de resposta. Estou desde o [REDACTED] para estar. [REDACTED], já recebi de tudo, portanto, eu pergunto, eu como cidadã, porque é que isto está a acontecer-me? Eu não sei.-----

----- Houve pessoas que disseram palavras [REDACTED], porque eu acho que a pessoa não podia [REDACTED] palavras, mas eu dei a resposta e é esse o meu mal, porque eu disse porquê? Será que a senhora é assistente social? Porque eu acho que um assistente social não pode dizer a um munícipe uma palavra daquelas. Eu acho que é esse o [REDACTED] é essa. Eu não sei, [REDACTED], que seja feita [REDACTED].”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Filomena, se me permite, acabam de me informar que muito em breve irá ter uma resposta ao assunto, muito em breve”.-----

----- **A Senhora Filomena [REDACTED] Santos**, continuou:-----

----- “Senhora, já desde o mês de fevereiro que o meu processo está a ser estudado.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, referiu:-----

----- “Senhora D. Filomena, é o que acabam de me informar, irá em breve, ter uma resposta.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Filomena [REDACTED] Santos**, continuou:-----

----- “Muito obrigada, e que Deus vos abençoe”. -----

----- **O Senhor Mário █████ Fonseca**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente e Senhores Deputados. -----

----- *Eu vim hoje, e tomei a liberdade de vir aqui para questionar uma situação que envolve dinheiros públicos, e que é o caso do CAC – Clube Atlético e Cultural. -----*

----- *Em 2013, a Câmara Municipal de Lisboa financiou, através de um protocolo, uma obra e um campo relvado. Até agora, o campo não está feito, e eu gostava de perguntar à Câmara, e ao executivo, que medidas é que estão a ser tomadas? Com a nova Feira Popular a ser instalada na zona dos terrenos de Carnide, ouve-se dizer que o CAC vai ser deslocalizado, e o que se sabe e que se ouve dizer, também, é que a Câmara vai fazer uma nova instalação desportiva que vai ser entregue à Junta de Freguesia de Carnide. -----*

----- *O CAC tem quarenta anos de história, pelo que não estamos de acordo até porque há uma dívida e uma obra feita que a Câmara Municipal de Lisboa não acompanhou, e não tomou medidas, e o que acontece é que o Clube está à beira da insolvência, o Senhor Presidente, e estranho muito que não esteja cá, da Junta de Freguesia de Carnide, não toma uma posição clara do que vai ser feito, e eu com muita naturalidade venho aqui questionar o Senhor Presidente porque ele não diz nada do que se vai passar, eu já falei com a Câmara Municipal de Lisboa, que me pediu para falar com ele porque o CAC está em vias de acabar, e está lá uma obra feita, que foi autorizada, que foi permitida e eu quero, de uma vez por todas, dizer que há um grupo de pessoas que não vão deixar que o CAC acabe, e estamos, junto da Câmara, porque a Câmara está aqui um bocadinho atada, “de pés e mãos”, porque financiou uma parte da obra, tem a segunda tranche para entregar, não há obra feita, e nós não concordamos que o futuro do clube passe para a mão da Junta de Freguesia de Carnide o que não faz sentido. Durante anos e anos, há património, há situações, há investimento, há uma Câmara de Odivelas e uma Câmara de Loures que também financiou a obra, e eu queria uma questão de clarividência porque há soluções, há soluções para que a Câmara não seja prejudicada, há soluções para que o clube não acabe. -----*

----- *O Senhor Fábio só fala daquilo que é a bandeira eleitoral dele, e eu não entendo isto porque não faz sentido, até porque Carnide tem clubes. O Senhor Fábio tem de tentar fazer uma coisa, é potenciar os clubes de Carnide, até porque há lá um campo ao lado, são cento e nove mil e quinhentos euros que são dinheiros públicos, que tem de se saber o que é que foi feito desse dinheiro, que agora, neste momento, o CAC não tem Direção. Eu já falei com a Câmara, a Câmara disse-me para falar com o Senhor Fábio, mas só que o Senhor Fábio não resolve nada, quer é um campo para a posse dele, e não me parece correto porque o campo tem de ser dado ao clube. -----*

----- *Peço desculpa porque isto é um discurso sentido, isto envolve muita coisa, envolve milhares de crianças. -----*

----- *Boa tarde, e dizer que nós continuamos atentos.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Eu agradeço a sua intervenção, e se me permite, somos nós que agradecemos.-----
----- Mas sugiro-lhe que vá a uma Assembleia de Freguesia para expor o que aqui nos
acaba de dizer, e terá lá toda a disponibilidade por parte, também, do Senhor
Presidente da Junta.-----
----- Muito obrigada.” -----
----- **O Senhor Bruno [REDACTED] Oliveira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: ---
----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----
----- *Eu sou o Bruno [REDACTED] Oliveira.* -----
----- *E numa época que se fala, cada vez mais, dos costumes e valores antigos, que
marcam e refletem a nossa essência como povo, trago-vos um assunto com
generalização a outro espaço e negócios de características semelhantes.* -----
----- *Sou proprietário de uma barbearia no Rossio, zona histórica de Lisboa, paredes
meias com a Igreja de São Domingos, espaço esse que se encontra refletido no
interior do meu estabelecimento onde existe um claustro da igreja.* -----
----- *Neste espaço onde se executa a arte de barbear há mais de cem anos, passando
de barbeiro para barbeiro, mantêm o mesmo estilo antigo e muito apreciado pelos
turistas e pelos clientes habituais, clientes estes que vão desde o homem comum, à
celebridade mais conceituada, quer na política, quer na televisão, e até no teatro, e
sobretudo na música.* -----
----- *É um espaço com projetos de ação social, e presente na dinamização de festas
em Lisboa com a EGEAC, mostrando costumes e tradições antigas. Este espaço é
reconhecido pela sua manutenção e recuperação como espaço vintage, onde se corta
o cabelo à tesoura e se executa o barbear á moda antiga de toalha quente e navalha
na mão. Todas estas características são reconhecidas pelas mais variadas revistas
como a Time Out, Negócio Franchising, Cristina Ferreira, Visão, entre outras.
Também os canais televisivos estão atentos como é o caso da SIC no programa
Perdidos e Achados, vários programas da TVI e da RTP1. É também, as últimas
atualidades das revistas francesas como espaços históricos a visitar em Lisboa,
aparecendo mesmo nos roteiros turísticos de diferentes países.* -----
----- *Com a reestruturação e recuperação urbanística, que nova cara dá a esta zona
antiga, que nos deparamos com a perda de alguns costumes e tradições e, por isso
mesmo, a perda da nossa identidade como povo. O nosso espaço está em riscos de
fechar portas para obras de recuperação de edifícios e de edificação de mais um
hotel, tal como irá demonstrar o documentário que o Teatro S. Carlos preparar sobre
espaços históricos da cidade e que foram feitos precisamente lá, na nossa barbearia,
sobre a zona antiga de Lisboa, estes estão a transformarem-se num aglomerado de
culturas, onde por cada loja antiga que se fecha, se abre uma nova loja de souvenirs,
ou se constrói hotéis. Estamos a escassos anos de a Baixa Pombalina se transformar
numa zona sem identidade portuguesa, onde os portugueses não se identificam, e os
turistas não encontram nada de português.* -----
----- *Sabendo que tanto interesse tem este espaço que seja nacional e internacional,
sabendo que no mesmo se pratica a mesma arte há cerca de cem anos, e se denomina
como barbearia, algo exclusivamente português com tradições portuguesas, como o*

fado nos diz. Este espaço poderá ser considerado de interesse municipal, Senhora Presidente? -----

---- Por demonstrar a identidade de Lisboa ao longo de tantos anos, não deixando apagar a cultura que, ainda, reside em tão poucos espaços, a recuperação pode andar de mãos dadas com a tradição. -----

---- Espero que a vossa reflexão sobre tudo isto e a vossa ajuda para transformar num espaço de interesse municipal, e não deixar morrer os costumes lisboetas. É um espaço magnífico e eu vou deixar aqui algumas imagens. -----

---- Já falei com o Senhor Presidente que visitou o local, e ele disse-me que iria tentar fazer alguma coisa. -----

---- É um espaço magnífico que muita gente diz bem, e além disso, fazemos um trabalho extremamente social, fazemos cortes de cabelo aos sem-abrigo e muitas reportagens têm sido feitas. -----

---- Muito obrigado.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

---- “Deixe a documentação para ser encaminhada. -----

---- Muito obrigada.” -----

---- **A Senhora Irene** ■■■ **Graça**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Antes de iniciar, gostaria de agradecer à Assembleia por essa oportunidade que me deram de intervir aqui. -----

---- Eu sou Irene ■■■ Graça, sou ■■■, vivo em Portugal ■■■ infelizmente, ■■■ e por isso, está sempre comigo. -----

---- Estávamos numa casa de renda e tive que sair. Passei ■■■ por algum tempo, mas tivemos ■■■, e eu fiz um pedido de casa na Câmara com a direção onde vivia. Fui lá, fui atendida, mas a senhora disse que não era possível, ■■■, mas meus senhores, eu estou numa situação um bocado complicada porque, ■■■. -----

---- Eu fiz este pedido à Câmara a solicitar se me podem ceder uma ■■■ vim pedir um auxílio aos senhores, tenham misericórdia porque eu não posso viver assim, vem ■■■, e eu vim pedir um auxílio à Assembleia, à Câmara, aos Senhores Deputados que ■■■, ■■■ e não consigo por causa desta situação, ■■■ que ■■■. Vim pedir a vossa ajuda e ■■■. -----

---- É tudo o que tenho a dizer aos senhores. -----

---- Muito obrigada.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

---- “Muito obrigada. -----

---- Eu sei que o seu processo se encontra na Câmara Municipal de Lisboa, no Departamento de Habitação, agradeço-lhe e será, por certo, apreciado o seu assunto. ---

---- Muito obrigada.” -----

---- **O Senhor Fernando** ■■■ **Verde**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: ---

---- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Venho aqui porque ■■■, e venho pedir à Câmara porque já fui a todo o lado e ninguém me ajuda. ■■■, mas ■■■.-----

----- Eu queria pedir uma casa onde possa morar pois ■■■.-----

----- Sempre trabalhei ■■■.-----

----- Já fui a todo lado, mesmo com a Dr.^a da Associação dos Inquilinos, fui ao Campo Grande, fui à Junta de Freguesia, fui a todo o lado e ninguém me ajuda. -----

----- Já estou inscrito na Câmara há três anos, e quero pedir a quem possa ajudar-me, ■■■, porque eu não posso, ■■■, e quem me puder ajudar que me ajude.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Fernando, eu percebo a sua situação, penso que tem alguma documentação para nos entregar.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Manuel Neves**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, os meus cumprimentos à Mesa, e os meus agradecimentos à Senhora Presidente por me dar oportunidade, como suplente, de intervir.-----

----- Mas antes de eu começar a cronometrar a minha intervenção, queria-lhe fazer uma sugestão; o regulamento para as inscrições das intervenções dos munícipes, quanto a mim, não está correto porque o tempo para a inscrição pessoal é mais cedo do que das inscrições eletrónicas. Ora, os tempos devem ser os mesmos, e deve ser registada a hora em que é recebida, tanto a inscrição eletrónica, como a inscrição pessoal para se estabelecer qual é a ordem das intervenções.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, respondeu:-----

----- “Eu agradeço a sua sugestão, mas também tenho a informação segura, dada pelos serviços, que a sua inscrição que fez através do site, não entrou nos nossos serviços.-----

----- A Assembleia decidiu dar-lhe a palavra, de qualquer forma, tomaremos em conta a sua sugestão. Mas, como lhe digo, a sua inscrição não entrou na Assembleia Municipal.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Manuel Neves**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vou começar a cronometrar o meu tempo.-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereador Manuel Salgado, sou o munícipe Manuel Neves ■■■.-----

----- Vossas excelências receberam ambos vários pedidos meus para me concederem uma audiência. Nunca me responderam, ignoraram-me.-----

----- Vivo ■■■ que aluguei à Câmara Municipal. Até agora, e pelos motivos que vos expus já, a Câmara Municipal deve-me três rendas, num total aproximado de mil e oitocentos euros, que se não me forem pagos até ao dia oito de julho, passarão a ser quatro, num total de mais ou menos dois mil e quatrocentos euros.-----

----- Já enviei a ambos muitos emails, que receberam e a que também nunca responderam, voltaram a ignorar-me.-----

----- Por fim, reenviei mais de uma vez ao Presidente da Câmara Municipal, todo o processo, por correio registado com aviso de receção, que vos mostro, e que, também, não respondeu. Voltou a ignorar-me.-----

----- Segundo me foi dito pela Dr.^a Isabel Moreira, a Câmara Municipal recusa-se a fazer o pagamento do que me deve e por isso, como já pedi, eu tenho todo o direito de conhecer os motivos dessa recusa, e a Câmara Municipal tem a absoluta obrigação de se explicar. Mas até agora, e uma vez mais, o mesmo silêncio.-----

----- Venho, hoje, aqui, na esperança que esta intervenção e o eventual encontro pessoal, possa finalmente, pôr termo a esta lamentável e injusta situação, que não dignifica nem a Câmara Municipal, nem o estranho e reprovável comportamento dos seus atuais dirigentes.-----

----- Elegi os autarcas para defenderem os meus interesses de munícipe, e me respeitarem como cidadão. Infelizmente, não tem sido esse o caso, como ficou sobejamente, demonstrado.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Pedia-lhe se terá alguma documentação para nos entregar, e tenho a certeza que a Câmara Municipal de Lisboa, como pessoa de bem, lhe irá dar uma resposta.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Manuel Neves**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “É uma esperança muito otimista.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, respondeu:-----

----- “Sou otimista por natureza.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 004/PAM/2016 – ALTERAÇÕES AO REGIMENTO, COM NOVOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANALISADOS EM SEDE DE CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 97º DO REGIMENTO; REQUER APROVAÇÃO POR MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES (VOTAÇÃO NOMINAL); GRELHA-BASE, 34 MINUTOS.**-----

----- (Conforme referido acima este ponto foi adiado)-----

----- **PONTO 2 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES E VOTAÇÕES.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Terminou o período de intervenção do público. Passamos ao Ponto nº2 da nossa ordem de trabalhos que são as declarações políticas.-----

----- Tenho já uma inscrição, duas inscrições, eu pedia à Senhora Segunda-Secretária para chamar o primeiro Deputado inscrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “As prioridades assumidas pelo Executivo têm vindo a materializar uma nova dinâmica e um novo impulso para o desenvolvimento da cidade, onde é essencial viver com qualidade. -----

----- É nas cidades que se joga o desafio das alterações climáticas. A eficiência energética e o sistema de transportes são vetores fundamentais para ganhar esta batalha e Lisboa está a cumprir a sua parte.-----

----- As políticas municipais muito têm contribuído para a redução das emissões de dióxido de carbono e dos consumos de energia primária. Lisboa atingiu, antes do tempo e de uma forma muito mais ampla, os resultados a que estava obrigada pela assinatura do pacto dos autarcas em termos de redução das emissões CO2 e da melhoria dos indicadores de eficiência energética. -----

----- A problemática dos resíduos e limpeza urbana estão identificados como uma questão sensível, objeto frequente de reclamações por parte dos munícipes. A implementação da reforma administrativa veio contribuir para uma importante mudança com a transferência para as juntas de freguesia, poder político de proximidade, da responsabilidade da lavagem e da varredura das ruas. -----

----- Em 2003 deu-se início à recolha seletiva porta-a-porta de papel e embalagens em áreas residenciais. Esta estratégia promoveu uma maior proximidade dos locais de deposição, a responsabilização do produtor de resíduos e proporcionou elevados indicadores do ponto de vista da recolha seletiva que colocaram Lisboa na linha da frente do país nestas práticas. Contudo, este sistema revelou algumas deficiências, nomeadamente nas zonas em que não é possível a sua implementação pelas razões naturais do edificado ou mesmo por razões culturais. Por vezes, os munícipes colocam os resíduos junto dos ecopontos. -----

----- Identificada a falha na recolha seletiva e conforme anunciado pelo senhor Presidente na reunião de 21 de Junho desta Assembleia, Lisboa tomou a decisão e bem de passar a ter um duplo sistema, o sistema de recolha seletiva atual de remoção porta-a-porta será complementado por uma rede de modernos contentores enterrados onde será possível depositar os resíduos de forma separada, permitindo o envio para valorização. Com esta medida prevista no Plano Municipal de Gestão de Resíduos que reconhece os resíduos como um recurso, não há dúvidas em afirmar que este Executivo ficará marcado por um progresso sem precedentes, naquilo que é responsabilidade fundamental do Município que é garantir uma cidade limpa, com um sistema de recolha eficiente que em muito contribuem para a insustentabilidade e qualidade de vida na cidade. -----

----- Apostada em melhorar as infraestruturas viárias da cidade, a Câmara Municipal de Lisboa avançou com um arrojado plano de reabilitação de vias a executar até 2020. Até 2017 contam pavimentar mais de 150 arruamentos, são mais de 110 quilómetros viários a reabilitar, a maior parte com intervenções de repavimentação e cerca de um terço a reconstruir, um investimento orçado em 25 milhões de euros.-----

----- As intervenções de repavimentação contemplam a substituição das infraestruturas de drenagem sempre que necessário, incluindo coletores, instalação de contentores de resíduos em profundidade nalgumas zonas, remoção de cubos, reconstrução de passeios. Serão ainda implementadas medidas como a introdução de sinalização horizontal e consequente eliminação de obstáculos nos passeios, rebaixamento ou alteamento das passadeiras, introdução de pisos táteis e guias para pessoas com mobilidade reduzida, criação de lugares de estacionamento para automobilistas com deficiência, motociclos e bicicletas e a construção de mais ciclovias. Criar mais segurança, melhor mobilidade e maior conforto é o objetivo destas intervenções, em busca de uma cidade cada vez mais acolhedora e amiga dos seus habitantes e de quem a visita. -----

----- Iniciou-se em Maio a intervenção do Eixo Central que inclui a requalificação da Avenida da República e da Avenida Fontes Pereira de Melo e, no âmbito do programa ‘Uma praça em cada bairro’ da Praça do Saldanha e da Praça de Picoas. -----

----- O planeamento da obra prevê reduzir ao máximo os incómodos resultantes da sua realização para comerciantes, residentes, peões e automobilistas. As obras estão a decorrer de forma faseada em todo o Eixo Central e nas ruas envolventes, garantindo sempre a existência de duas vias de circulação por sentido ao longo de todo o eixo e de uma via de cada uma das faixas laterais da Avenida da República. -----

----- O estacionamento será sempre garantido durante o decorrer da obra na zona de intervenção e envolvente. Durante as obras de repavimentação das zonas pedonais será assegurada a existência de corredores contínuos de circulação, o acesso aos estabelecimentos comerciais e à entrada dos prédios, as obras de repavimentação das faixas de rodagem serão realizadas durante a noite. -----

----- Tem continuado a verificar-se uma aposta numa economia do conhecimento, em tornar Lisboa uma das cidades mais inovadoras e empreendedoras da Europa, um polo de excelência de produção de valor, de serviços qualificados. A Câmara de Lisboa tem vindo a desenvolver esforços ao longo dos anos para promover o investimento, o empreendedorismo e a inovação, aplicando medidas que favoreçam a implementação de empresas na cidade. -----

----- A poucos meses da realização em Lisboa do maior evento de *startups* tecnológicas do mundo, foi assinado o auto de cedência ao Município pelo Estado Português do espaço no edifício na ala Sul da antiga manutenção militar, localizada na Rua do Grilo, Freguesia do Beato, onde nascerá o futuro, criativo e empreendedor de Lisboa, colocando a cidade no lugar cimeiro para aproveitar os efeitos positivos da Websummit para o ecossistema empreendedor de Lisboa. -----

----- Inaugurada em 2012, a Startup Lisboa conta hoje com 100 empresas e já apoia mais 200 *startups* e promoveu cerca de 700 postos de trabalho, sendo um referencial para todas as incubadoras do país. Várias empresas nasceram na Startup Lisboa e já se instalaram noutros espaços da cidade, como é o caso da Uniplaces e da Compare Europe Group. -----

----- Desde 2012, a Câmara já reabilitou 695 fogos municipais. Está atualmente em curso a empreitada de reabilitação urbana da zona de alvenarias do bairro da Boavista,

contempla a demolição de casas de alvenaria e a construção de 50 novas habitações para realojamento das famílias residentes nos fogos a demolir. -----

----- Está também em curso a preparação de duas empreitadas para construção de novas habitações, uma de 48 fogos e outra de 20 fogos destinados ao realojamento definitivo das famílias residentes nas casas de alvenaria a demolir e famílias já realojadas temporariamente. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa lançou e abriu o programa ‘renda acessível’ que prevê o arrendamento de mais de 5 mil fogos por valores entre os 250€ e 450€, tendo os jovens comi principais destinatários. Este programa destina-se a um vasto segmento de pessoas da classe média, pois poderá candidatar-se quem tenha rendimentos de 7500€ a 40000€ por ano e que não seja proprietário de imóveis, os contemplados serão depois escolhidos através de sorteio. São quinze ao todo as áreas da cidade abrangidas por estes 5000 a 7000 fogos. -----

----- A abertura do novo museu judaico da cidade está prevista para o 1º semestre de 2017 no Largo de São Miguel em alfama. É um acontecimento muito importante que tem a ver com uma das raízes espirituais e culturais da cidade. O local foi escolhido por ser emblemático para a comunidade judaica e para a própria cidade de Lisboa, na medida em que o bairro albergou a mais importante comunidade de judeus da Lisboa medieval. -----

----- O objetivo da CML é de reunir as condições para num quadro institucional alargado, ser criado um equipamento museológico que evoque a importância das comunidades judaicas para a identidade multicultural de Lisboa. O novo museu pretende contar a história de 800 anos da presença judaica que é anterior à construção de Portugal. -----

----- A Lisboa atual valoriza a sua diversidade cultural, espiritual e étnica que faz dela uma cidade cosmopolita e aberto ao mundo. -----

----- Senhora Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Vereadores e deputados, as obras atualmente em curso que estão a decorrer com normalidade, representam uma aposta na concretização de um objetivo essencial, assegurar uma vida com mais qualidade a todos os residentes de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não costumo recomendar rigorosamente nada que não seja passível de execução ou que se possa concretizar. E ponderei os fatores, as motivações desta recomendação e entendo que esses fatores estão de encontro aquilo que digo, isto é possível de executar. -----

----- Mas há um motivo, há um motivo principal que não foi aqui focado na documentação e eu considero esse motivo o mais importante de todos. Que é aquele princípio que deve nortear os autarcas desta cidade, como sendo o respeito pelos cidadãos e o respeito pela cidade de Lisboa. E parece-me aqui que esse princípio está esquecido. -----

----- Se lerem bem a recomendação, nós temos aqui um, eu quase que diria um processo kafkiano. É uma situação complexa em que a entidade gestora do subsolo,

chamado e designado Metro de Lisboa, entende ocupar a superfície da cidade com obras e não passa nenhuma satisfação, não dá nenhuma satisfação à entidade que gere esse mesmo espaço que é a Câmara de Lisboa. -----

----- Mas mais grave que esta situação é que também não dá nenhuma satisfação aos cidadãos da cidade, aos moradores daquela zona, aos comerciantes que trabalham ali todos os dias, e isso é grave. -----

----- Não é grave o facto de a obra demorar 6 anos, ou 7, ou 10, ou 20, até poderia ser como as obras de Santa Engrácia. O que é grave é a falta de respeito por todos os cidadãos desta cidade e era isso meus caros Deputados que eu queria alertar. -----

----- Esta recomendação destina-se a dar o meu apoio pessoal à Câmara de Lisboa para a solução deste problema. Já o disse ao Senhor Presidente uma vez e volta aqui a frisar publicamente, eu quero que a situação da Praça de Francisco Sá Carneiro, mais propriamente das obras e a conclusão dos espaços exteriores, fique concluído o mais rápido possível.-----

----- Agora cabe à Câmara em nome da cidade e dos cidadãos resolver este problema. Eles têm o direito de ter o seu espaço condigno e com dignidade, viver naquele espaço da forma que sempre viveram, é inadmissível aquilo que se está a passar nesta cidade e só falo neste espaço.-----

----- O anterior Presidente resolveu limpar os estaleiros cá de cima. Não caiu mal ao mundo, não ficou a sofrer de varicela nem sarampo, na lhe aconteceu rigorosamente nada, fez aquilo, era aquilo que ele devia fazer, foi contra as ordens ou as intenções do Metro, mas fê-lo.-----

----- Ao Presidente em exercício agora neste momento, venho fazer um novo apelo. É exatamente copiar a imagem e o princípio do seu antecessor e começar a trabalhar na Praça do Areeiro, arranjar aquele espaço e devolvê-lo à cidade. Nós agradecemos, eu pessoalmente também agradeço. Cabe à Câmara agora, agora cabe à câmara com direitos ou sem direitos, terminar e resolver este problema, terminar de vez este problema e resolvê-lo.-----

----- Agradeço a todos o tempo que me dispensaram.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Tenho a informação que a bancada do PS quer fazer uma pergunta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente a esta recomendação, o Partido Socialista entende e gostaria de manifestar que, de facto, esta recomendação que aqui nos apresenta manifesta e continua a revelar a inoperância do Metro relativamente às obras à superfície na Praça do Areeiro.-----

----- E, portanto, aquilo que aqui deixávamos deixar expresso de uma forma muito clara, é que, o PS não alterou a sua posição desde Abril de 2014 quando Vossa Excelência aqui trouxe essa questão, em forma de pergunta e não de recomendação na altura, ao Executivo e agora optando por uma recomendação.-----

----- E, Portanto, nós, pese embora tenha mudado o Governo e conseqüentemente também a administração do Metro, nós continuamos a manter a mesma posição e continuamos a entender e a apoiar que as obras de requalificação da Praça Francisco Sá Carneiro, vulgo do Areeiro, devem, de facto, ser concluídas e o espaço deve ser devolvido à cidade. E, por isso, naturalmente, o Partido Socialista continua a apoiar todas as recomendações, venham de onde vierem e que surgem para a melhoria do espaço público. E certamente que o Executivo Municipal, a Câmara Municipal, continuará a envidar todos os esforços para que a empresa Metro cumpra a sua responsabilidade e o seu papel e acabe, termine a obra que deveria já estar concluída.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Passo a palavra ao PCP para uma pergunta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós queríamos colocar uma questão muito clara sobre este projeto de recomendação sobre a requalificação da Praça Sá Carneiro. Era centrar também a questão não só na superfície, mas no interior da própria estação. -----

----- Dizer que esta recomendação deveria, nossa opinião, devia alargar-se às obras no interior do próprio Metro que estão inexplicavelmente paradas há muito tempo. E esta própria obra não deve ser deslocada da outra obra necessária nesta linha, para voltarmos a ter, se não possível as 4 carruagens, já, pelo menos as 6 carruagens, a breve. -----

----- Não é explicável que a Câmara Municipal não tenha publicamente e, em prática, notificado, pressionado o Metro para realizar esta atividade. Quase diria, não estamos à espera da municipalização dos transportes públicos para resolver o problema, é preciso é necessário intervir já e diretamente para melhorar. -----

----- Por isso, a questão dirigida ao PSD. Onde fica a questão de fundo do próprio transporte do Metro e a sua melhoria nestas duas estações desta linha tão importante para a cidade?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Tenho a informação que a Câmara Municipal de Lisboa queria intervir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD)** no uso da palavra respondeu: -----

----- “Vou começar pelo Senhor Deputado do Partido Socialista que agradeço as suas palavras e regozijo-me com o vosso interesse na resolução deste problema. -----

----- Mas é que eu gostaria é que se vocês mantêm a mesma posição que mantêm desde 2014, não mudou muito, gostava que vocês tivessem uma reação mais ativa na resolução deste problema, uma reação mais ativa em conjunto com todos os membros Deputados desta Assembleia da cidade, porque é isso que é mais importante, já que estes 2 últimos anos não surtiu grande efeito. -----

----- Ao senhor deputado do PCP, tem toda a razão, há obras no interior do Metro que devem ser concluídas, obviamente, eu aproveito, enfim, tanto aqui na hora das

recomendações. Já agora recomendar tido, o Presidente da Câmara e atual Primeiro-Ministro que tutela o Ministério da empresa pública do Metro e dos transportes, que já agora também, determinasse, que ele é um homem resoluto a resolver problemas, terminasse as obras do Metro no interior. Mas eu tenho que me referir é ao exterior que é essa parte que eu faço a gestão na minha cidade.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Passava então agora a palavra à Câmara Municipal de Lisboa ao Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Eu a este propósito gostaria de em primeiro lugar cumprimentar o Senhor Presidente Fernando Braamcamp, cumprimentar os restantes intervenientes.-----

----- Dizer que tenho uma informação do meu colega, Vereador Manuel Salgado, a dar este propósito e, nomeadamente, que Câmara articulou as obras de recuperação na Praça do Areeiro com o Metropolitano de Lisboa. Que vamos assumir a pavimentação total da praça, a correção da praça central e a repavimentação do troço Almirante Reis à Alameda, com início em Agosto de 2016 e estimamos que a obra vá durar cerca de um mês.-----

----- E no que diz respeito à obra do Metro, da ampliação do Metro, temos a informação que ela vai-se iniciar em Abril de 2017.-----

----- A parte relativa à parte Norte da praça, junto aos edifícios, nomeadamente a praça de táxis e a famosa Chaves do Areeiro, será executada pelo Metropolitano depois de concluída a estação e o elevador que conduz à superfície.-----

----- Portanto, acho que é bastante oportuno, e felizmente, coincide com o anúncio desta alteração.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O tema que nos trás aqui hoje em termos de declaração política, é mais uma vez um alerta para a defesa do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito.-----

----- Na verdade, nós estamos perante uma situação em concreto que é a falar sobre a ADSE. É um regime de assistência na doença aos servidores do Estado.-----

----- E sobre esta matéria as nossas preocupações são fundamentadas, em 1º lugar no conhecimento das encomendas do Ministério da Saúde que tem como objetivo reformular a ADSE, nas medidas de reformulação do sistema nas vertentes política, institucional, estatutária e financeira, transitando-a para um modelo de associativismo, leia-se, associação mutualista de direito privado.-----

----- Na verdade, a ADSE não é um seguro privado, não tem como objetivo o lucro e, por outro lado, tem duas características muito particulares que a diferenciam do seguro privado, é a solidariedade interprofissional e intergeracional.-----

----- O regime da ADSE atual é quase na totalidade financiado pelos trabalhadores no ativo e aposentados, é um regime que tem nos seus beneficiários mais de 100 mil aposentados que não contribuem por receberem menos que o ordenado mínimo. É na

verdade, um conjunto alargado de cidadãos que têm um sistema que pagam do seu bolso e que beneficia essencialmente os ex-trabalhadores com mais de 65 anos.-----
----- Mas a contribuição, ao contrário dos seguros ser um valor fixo, é um valor percentual de 3,5%, o que torna que os que ganham mais, mais participam, portanto, também tem uma componente de solidariedade intrínseca.-----
----- É verdade que também são os mais idosos os que mais necessitam do apoio da ADSE, em princípio, necessitam de um apoio em média 3 vezes superior ao que contribuem e, particularmente nos mais idosos com mais de 80 anos, necessitam muito mais do que contribuem na data presente. Mas, enfim, contam com a solidariedade dos trabalhadores no ativo e outros contribuintes líquidos.-----
----- A ADSE nos últimos 2 anos, 2014 e 2015, teve um *superavit* acumulado de 350.000.000€, sem contribuição do Estado. -----
----- As contas da ADSE têm servido quase como um serviço público quando é pago pelo privado, para atenuar o défice das contas públicas. É também uma situação crítica muito particular, em que prova-se que não era necessário 3,5% de contribuição para funcionar a ADSE e é uma sobrecarga espetacular, é um sobre imposto.-----
----- Na situação atual de procurar transferir ou mudar o estatuto da ADSE, nós vemos um problema grave de ataque ao próprio Serviço Nacional de Saúde, porque os trabalhadores beneficiários da ADSE como serviço complementar, também são beneficiários do Serviço Nacional saúde. Mas a ADSE não paga, deixou de pagar há 2 ou 3 anos qualquer contributo para o serviço público da ADSE. A ADSE só paga serviços privados, ou serviços convencionados ou serviços livres. -----
----- E é, na verdade, a função da cirurgia, e disse particularmente da cirurgia de ambulatório e a cirurgia de curta duração, a principal área de financiamento da ADSE. Por isso, não poderá nunca ser um seguro privado. Por isso vemos com preocupação quando se fala em alargar os 1.200.000 atuais beneficiários da ADSE e tentar alargar ao setor privado.-----
----- Não defendemos e achamos que é errado, o sistema que alguns pensam a duas velocidades, do sistema de seguros e o sistema social para os pobres ou os que não têm meios de comprar seguros. -----
----- Nós achamos que a ADSE deve-se manter como instituto público de gestão participada e os próprios contribuintes devem participar no processo de gestão. -----
----- Nós defendemos que as entidades patronais públicas devem voltar a compartilhar o regime da ADSE. -----
----- Por isso, achamos que os perigos de reconfigurar a ADSE podem ser perigosos. Nós achamos que o sistema de seguros privados, é um sistema não igualitário, não responde às necessidades e todos sabem que se não houver SNS, não há seguros privados que possam cobrir para além dos 65 anos. Normalmente esse período da vida mais importante das pessoas, fica fora dos seguros privados.-----
----- Por isso, estamos muito atentos a todas as tentativas que, de forma indireta ou direta, podem atacar o Serviço Nacional saúde. Por isso, recomendamos esta atenção, muito particular na cidade de Lisboa, cidade onde se concentram o maior número e o mais importante grupo de hospitais privados, de serviços privados que recebem os tais

cerca de 500.000.000€ por ano de financiamento da ADSE. Não é a maior parte do financiamento privado, mas, na verdade o que nós temos estar atentos é que lá onde estão a abrir aqui na cidade hospitais privados, não se fechem os hospitais públicos. ---

----- Por isso, o PCP defende e continua a defender o Serviço Nacional de Saúde e está atento a todas medidas e, como tem sido prática, estamos de acordo com o Governo no que estamos de acordo, e claramente Senhora Presidente e Senhores Vereadores e Senhor Vice-Presidente, estamos em desacordo em qualquer medida que aparentemente boa ou sem mostrar a que vai, se traduza num ataque depois irresolúvel ou sem solução ao Serviço Nacional de Saúde. Não há seguro privado, nem a ADSE poderá ser viva sem o Serviço Nacional de Saúde que responda às necessidades.-----

----- Também não é necessário, nem nós aceitamos que o Serviço Nacional de Saúde reduza a sua oferta para, em contrapartida, dizer que cabe a ADSE resolver o problema. É um serviço complementar, pertence aos funcionários públicos e aos aposentados, não é para substituir o Serviço Nacional de Saúde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Tenho a informação que da bancada do PS querem fazer uma pergunta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à moção sobre o SNS universal e gratuito, o Partido Socialista subscreve a ADSE, que a ADSE não se pode tornar efetivamente um seguro.-----

----- Naturalmente, o Serviço Nacional de Saúde criado pelo Partido Socialista, pelo nosso presidente honorário o Doutor António Arnaut, enfim, nós somos, temos bem noção do que é que o SNS para o nosso país.-----

----- Continuamos e continuaremos sempre a apoiar o direito constitucional à proteção da saúde, a dignificação das profissões de saúde e das populações do próprio Serviço Nacional de Saúde e, portanto, quanto a esse aspeto estamos conversados, naturalmente que estamos de acordo com aquilo que vem sendo defendido nesta moção pelo PCP.-----

----- Defendemos e continuaremos a defender a melhoria do serviço que é prestado pela ADSE e, naturalmente que, lutamos contra a desvalorização e aniquilação do próprio Serviço Nacional de Saúde. Temo-lo vindo a demonstrar ao longo dos anos, não só por palavras, mas também pelos atos que o Partido Socialista tem vindo a tomar sempre que assume responsabilidades governativas em Portugal.-----

----- E é também por esse motivo e aqui está questão que lhe deixávamos, lhe colocaríamos, a questão em concreto que é: Está o PCP disponível para mudar, para alterar a redação dos pontos nº4 e nº5 da moção que aqui apresenta? -----

----- Uma vez que, naturalmente que, quando aqui propõe que haja uma redução das contribuições dos funcionários públicos, nós sabemos que era uma medida que gostaríamos de poder apoiar, Mas também sabemos que a ADSE tem que ter uma sustentabilidade financeira assegurada e que essa sustentabilidade tem que ser assegurada através das contribuições.-----

----- E, portanto, vir aqui em sede da Assembleia Municipal de Lisboa propor isso, numa mera moção, sabemos que este não é o local para o diálogo e sobre o aprofundamento desta questão, esse deve ser feito em sede de Assembleia da República.-----

----- E, portanto, aqui, no caso do Partido Comunista não aceitar a proposta do PS, nós pedimos que, aquando da votação, houvesse uma votação por pontos, do ponto nº4 e nº5 em separado. Porque quanto ao ponto nº 4, por este motivo, por estar em causa a sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde não poderemos naturalmente acompanhar. E relativamente ao ponto nº 5 por causa da redação que é dada, uma vez que repudia naturalmente medidas do Governo e, no nosso entender, as medidas que têm vindo a ser tomadas por este Governo não põe, naturalmente em causa, nem a Constituição, nem o Serviço Nacional de Saúde. Aliás, têm vindo a defender a Constituição, têm vindo a defender o Serviço Nacional de Saúde, como também o Partido Comunista tem vindo a reconhecer nos últimos meses.-----

----- E, portanto, esta é a questão. Estariam na disposição de alterar o ponto nº 4 e ponto nº 5.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra respondeu:-----

----- “Muito obrigado pelas questões.-----

----- Naturalmente que eu vou responder do ponto de vista claramente afirmativo em relação a ponto nº 4.-----

----- Na redução, é uma proposta que nós temos, nós não mudamos esta proposta porque nós propomos a redução das contribuições dos funcionários públicos ao mesmo tempo que defendemos que se retome a comparticipação pública, no fundo, da ADSE. Que a parte do empregador público volte a participar, como aconteceu durante muitos anos, desde o nascimento da ADSE.-----

----- Eu penso que isto seria justo no reequilíbrio e na formulação que nós apresentámos.-----

----- Naturalmente, percebemos que isto possa não ser já hoje, isto é uma moção política, não é? Mas é um objetivo político, claramente, do PCP e que do qual não abdicamos.-----

----- Não há necessidade, como defendíamos na altura, de haver 3,5%. Temos 350.000.000€ de cativos e achamos que não é para financiar outras coisas, mesmo na Madeira, este dinheiro que é dinheiro nosso, dos que contribuímos para ele. Por isso, achamos que o equilíbrio da ADSE e a qualidade também defendemos, deve ser feito com este reequilíbrio do financiamento.-----

----- Não dizemos quanto nem quando, mas poderemos dizer que pode haver uma intenção e em vez de 3,5% pode ser 3%, pode haver um contributo inicial do Estado para, inclusive o contributo para garantia que ele funciona e que tem sustentabilidade.-

----- Depois em relação ao ponto nº 5. O que nós achamos é que, inadvertidamente, este Ministro da Saúde fez um despacho para estudar, o grupo de trabalho, que, ainda por cima, é um grupo de trabalho que nós que somos do sector da saúde conhecemos a sua composição e o seu pensamento que é um pensamento neoliberal, de que destino

dar à ADSE e transformá-la num alargamento aos próprios privados a inscreverem-se na ADSE.-----

----- A ADSE tem perdido, mas lentamente, tem perdido, porque é voluntário, podem sair, os seus contribuintes podem sair quando quiserem, mas tem tido uma perda mínima de contribuintes e, por isso, mantém-se ativo e valorizável.-----

----- Nós achamos que não há que abrir a porta do cavalo, a possibilidade de estudos alternativos para a ADSE com a abertura a inscrição do privado. Por isso é que repudiamos esta medida do Governo para selar, é este ano concreto, eu não estou a dizer o resto do Governo, nesta em concreto.-----

----- Por isso, Senhor Deputado Manuel Lage, mantemos as questões, naturalmente, o Partido Socialista tomará posição, mas as nossas posições são muito claras, estão fundamentadas, têm um contexto que não é de agora contexto, um contexto que vem de trás. Digamos que também concordamos que este ponto é levantado aqui, mas também é levantado na Assembleia da República, é levantado em todo o lado e nós não desligamos da atenção com que estamos à gestão dos estabelecimentos de saúde e da Carta de Saúde e da Carta dos Equipamentos Saúde na Cidade de Lisboa. -----

----- Nós estamos atentos, eu diria, e um bocadinho desconfiados do que tem acontecido no passado e quando alguns dizem que querem encerrar, como já têm encerrado muitos estabelecimentos, muitas camas hospitalares que não têm tido alternativa. Nós já vimos encerrar grande parte do Pulido Valente, grande parte de outros hospitais ao tempo como o Miguel Bombarda e outros e não vemos abrir nada, não vemos nada a não ser hospitais privados. -----

----- Epá, se não desconfiam é porque ainda são crentes, vamos lá desconfiar um bocadinho.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Bom, Senhor Deputado se eu bem interpretei, mantém o ponto nº 4 e o ponto nº 5, obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós hoje, mais do que palavras trazemos um tema para reflexão de todos nós que foi enviado com um texto de apoio para todos os Deputados. Espero que o tenham convosco para que possam consultar depois ou já tenham consultado. E, portanto, aquilo que vai ser feito, vai ser passada uma apresentação em Prezi que constitui na realidade apenas um momento de reflexão para todos nós.” -----

----- (A Apresentação do PAN está anexada a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, penso que a sua intervenção feita desta forma, não escrita mas de filme, não nos deixará a nenhum de nós indiferente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou há poucos dias o semestre da presidência europeia do Conselho da União, pelo âmbito do qual foi dinamizado o Cycling Festival Europe 2016. Tratou-se de um evento que visou a promoção de dezenas de iniciativas em vários países da Europa, com Portugal incluído, sob o mote, ‘*let’s go Cycling*’. -----

----- Na esteira da declaração interministerial de Outubro de 2015 e da conferência realizada em Paris em Dezembro, onde foi reiterada a importância dos modos ativos e, em particular, da bicicleta como forma de garantir o cumprimento das metas ambientais ao nível da emissão dos gases com efeito estufa. Os holandeses mostraram à Europa como é que a utilização da bicicleta pode ser divertida, eficiente e saudável, seja para fins recreativos ou para a prática quotidiana, como, por exemplo, nas deslocações para o trabalho e para a escola. E chegaram mesmo a entregar um guia das melhores práticas europeias para a promoção do ciclismo no encontro que teve lugar em Abril em Amesterdão, com os 28 Ministros do Ambiente e dos Transportes. -

----- O guia é este, está disponível para quem quiser encomendar e espero que um dia, a edição é fantástica, e espero que um dia futuras edições também possam trazer exemplos de boas práticas em Portugal e em particular em Lisboa. Esperamos, portanto, que esta auspiciosa iniciativa holandesa, que desde já saudamos, tenha o melhor acolhimento por parte dos governantes europeus e, em particular, os governantes em Portugal e em Lisboa. -----

----- Poderão alguns dizer que Portugal não é a Holanda e que Lisboa não é Amesterdão. As colinas, o tempo, a ausência de infraestruturas, são alguns dos argumentos enunciados com frequência, para tentar convencer o potencial utilizador de bicicleta a recorrer ao automóvel como a solução mais sensata para a deslocação quotidiana. Mas na realidade, a história mostra que Portugal e a Holanda apresentam um padrão bastante similar no que concerne à mobilidade, embora separados por algumas décadas de políticas públicas. -----

----- Senão vejamos, até à 2ª Guerra Mundial a Europa encarava a bicicleta como um dos principais meios de transporte. A retoma económica pós-guerra permitiu ao mercado automóvel crescer consideravelmente, obrigando à adaptação das cidades face ao aumento do tráfego. Na Holanda, a mortalidade rodoviária, em particular, a mortalidade rodoviária infantil, atingiu níveis elevados e a população, a par da crise petrolífera dos anos 70, exigiu uma mudança radical deste paradigma. -----

----- Aliada à vontade política clara, a pressão cívica exigiu melhores condições para meios de transporte coletivos, circulação pedonal e circulação em bicicleta, culminando com aquela imagem de país que atualmente todos temos, no qual o nosso imaginário inclui invariavelmente moinhos, flores e bicicletas. -----

----- Em Portugal o automóvel é, presentemente, o principal meio de transporte individual. Analogamente à Holanda, somos assolados desde 2008 por uma crise, não petrolífera, mas sim económica, e os números dos acidentes de viação com quase 500 mortes ano e mais de 39 mil feridos só em 2014, estão a par das muitas doenças, como as doenças cardiorrespiratórias resultantes da poluição do ar. -----

----- Além dos problemas de saúde a sociedade sente outros efeitos adversos, fruto do crescimento do setor automóvel. Constata-se que as crianças já não brincam como há

uns anos nas ruas e os idosos saem menos vezes de casa, com frequência devido ao risco de atropelamentos e à sensação de insegurança, motivada por uma certa desumanização das ruas urbanas nas cidades do nosso país. -----

----- A redução do número de transeuntes, afeta negativamente o comércio local e tem impacto direto no aumento da criminalidade. A aposta nos últimos anos na construção de infraestruturas como centros comerciais, tribunais e até hospitais ou escolas, aos quais só é possível o acesso automóvel, com serventia transportes sofrível ou às vezes mesmo inexistente, dificulta a vontade das pessoas em recorrer a outros meios de transporte mais sustentáveis e mais práticos. -----

----- É de salientar que a aquisição de carros foi politicamente incentivada nas últimas décadas, nomeadamente com o recurso a créditos e bonificações fiscais, em particular a empresas, ou até mesmo, com as famigeradas faturas da sorte em versão AUDI, que em nada constituíram políticas racionais do ponto de vista fiscal, nomeadamente pelo enorme peso do nosso défice externo na importação de automóveis e de combustíveis. -----

----- Nas últimas décadas, com o investimento no transporte público inversamente proporcional ao desenvolvimento da rodovia e anúncios publicitários de automóveis que transmitem um bem-estar pessoal fictício associado ao ato de conduzir. Criou-se um cenário que não reflete o tempo de vida diariamente perdido em congestionamentos, em média mais de 30 minutos e esconde os custos reais de ter um automóvel, que facilmente ultrapassam o razoável contando não só com o combustível, mas também com o desgaste dos veículos, impostos, juros, desvalorização, etc., para os orçamentos familiares nacionais já de si extremamente escassos. -----

----- É, portanto, imperioso devolver a cidade às pessoas de forma a corrigir os números de sinistralidade, reatribuir qualidade de vida e revitalizar os centros urbanos. Há que pensar em soluções para uma melhor convivência social e muito pode e está já a ser feito em Lisboa. -----

----- Começando por uma requalificação das infraestruturas, redesenhando vias de circulação de forma a diminuir o tráfego automóvel e suas velocidades máximas aumentando o número de zonas 30, dando mais visibilidade e mais prioridade ao peão. O reinvestimento nos transportes públicos é igualmente necessário e o incentivo aos meios de deslocação sustentáveis, oferecendo bonificações ou deduções fiscais, pode também representar uma forte mudança, uma forte motivação para esta mudança de paradigma. -----

----- A recuperação do controlo municipal dos transportes de Lisboa é também uma boa notícia, assim como as intervenções em curso e já realizadas no âmbito do plano da cidade pedonal. -----

----- Mas porque, para além do investimento em *hardware* é necessário também investir no *software*, isto é, na mudança de mentalidades, é neste sentido que apresentaremos proximamente uma recomendação para a criação de um provedor municipal do peão e do ciclista, esperanto que o Executivo acolha o que consideramos ser um contributo relevante para reequilibrar os pratos da balança em prol de todos os que optam por circular e fruir a cidade da forma mais natural e mais humana. Não

pelos holandeses, mas por nós e pela sustentabilidade do nosso futuro e da nossa cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os modelos e padrões de produção e de consumo alimentar são uma matéria fulcral para quem age, não apenas sob o princípio da sustentabilidade, como na procura de gerar justiça ambiental e social. Quando falamos de desperdício alimentar, falamos de alimentos destinados ao consumo humano que acabaram por ser inutilizados em quantidade ou qualidade. Ou seja, esbanjam-se recursos naturais para produzir bens alimentares que depois acabam no lixo, gerando graves impactos ambientais e económicos ao longo das diferentes fases da cadeia alimentar.-----

----- Do ponto de vista social é angustiante que se deem literalmente fora um conjunto significativo de alimentos que poderiam contribuir para satisfazer necessidades básicas alimentares de uma parte da população, perpetuando o empobrecimento, em vez da satisfação das mais elementares necessidades de subsistência.-----

----- Esse desperdício verifica-se desde a produção ao processamento, do armazenamento ao embalamento, do transporte aos pontos de venda para consumo. E quanto mais longa for essa cadeia, maior é a probabilidade de desperdício. É preciso perceber, com rigor, as causas que geram esta situação e criar as condições e metas para pôr fim ao problema, envolvendo a sociedade e todos os agentes implicados.-----

----- É preciso que o combate ao desperdício alimentar inclua um programa de ação nacional que congregue iniciativas municipais já em curso, como no caso de Lisboa, com ampla participação dos cidadãos e dos agentes envolvidos. É preciso consciencializar os consumidores sobre as diferenças entre data limite e data preferencial de consumo. Para além da redução e eliminação do desperdício alimentar, é urgente que se solucionem os problemas estruturais de pobreza, garantindo formas dignas de subsistência das famílias portuguesas.-----

----- É necessário sensibilizar para a disponibilização de embalagens mais reduzidas, que se adequem às dimensões dos agregados familiares, bem como promover o princípio da produção e consumo locais, reduzindo fases da cadeia de distribuição.-----

----- Há exatamente um ano, por proposta do Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, Portugal declarou o ano de 2016 como o ano nacional contra o desperdício alimentar, mas a grande maioria dos princípios aprovados nunca entrou em prática. Entretanto, já no final de 2014, Lisboa criou e reuniu pela primeira vez o Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar.-----

----- Este Comissariado estabeleceu um conjunto inicial de objetivos, tais como criar uma rede cidadina de forma sustentável, com a finalidade de otimizar a recolha do desperdício alimentar em tempo útil, alargar a distribuição de excedentes alimentares, recolocando-os nos núcleos familiares, através de uma rede de organizações de voluntariado, que deveriam garantir a distribuição de bens alimentares para doação, em condições de qualidade, higiene e segurança. Estabeleceu parcerias com

associações de voluntariado e subscreveram-se protocolos com 23 das 24 Freguesias de Lisboa. -----

----- Estas, as freguesias, comprometeram-se a participar com um conjunto de iniciativas locais:-----

----- 1º - Criando um núcleo de agentes, composto pelas diversas instituições que atuem no território da sua Freguesia, com condições para oferecer uma resposta alimentar aos residentes.-----

----- 2º - Promovendo, colaborando e facilitando a articulação com as diversas instituições, de modo a otimizar as doações de excedentes alimentares.-----

----- 3º - Articulando com o Município e com outros núcleos e restantes instituições, por forma a garantir a qualidade e melhorar a resposta no âmbito das áreas de intervenção do combate ao desperdício alimentar.-----

----- 4º - Contribuindo para um Observatório de Combate ao Desperdício Alimentar.---

----- 5º - Desenvolvendo, participando e apoiando localmente ações de sensibilização de Combate ao Desperdício Alimentar.-----

----- Montada esta rede com voluntários, associações e freguesias, previa-se inicialmente que o Comissariado fosse extinto até Novembro de 2016. Acontece que, inesperadamente, este foi confrontado com algumas recentes dificuldades por ultrapassar, equacionando-se agora o seu eventual prolongamento até ao 1º trimestre de 2017.-----

----- Para “Os Verdes”, a questão que subsiste é: Após o encerramento do Comissariado, afinal, qual é a capacidade de resposta que a rede local entretanto criada vai conseguir perpetuar se não lhe subsistir uma estrutura colaborativa sólida que minimize o desperdício alimentar? Que debilidades entretanto sentidas são essas e como as ultrapassar?-----

----- Primeiro, de acordo com o representante da FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em Portugal, o preço do que comemos está sujeito à oferta e à procura, pelo que, quando se deita comida fora está-se a inflacionar os preços. Verifica-se que se produz em função do lucro e não em função das carências reais das populações. Daí que deveriam ser as necessidades dos consumidores a ditar as formas de produção e não o lucro pelo lucro.-----

----- Em segundo lugar, há que sensibilizar todos os intervenientes no processo, incluindo produtores, distribuidores e consumidores, o que extravasa as competências do Comissariado. Neste contexto, é fundamental que o Governo defina, com urgência, uma estratégia nacional que configure não apenas um plano de intervenção, como de educação para a sustentabilidade, tendo em vista a gestão eficiente dos alimentos, ao logo da cadeia de produção e distribuição, orientando campanhas de sensibilização junto dos agentes económicos, dos consumidores e mesmo nas escolas, para se evitar o desperdício alimentar.-----

----- Em terceiro lugar, algumas freguesias queixaram-se, recentemente, da deficiente qualidade alimentar dos produtos em doação, pois chegam aos seus destinatários já estragados. Assim, é fulcral não apenas explicar as diferenças entre “consumir antes de” e “consumir de preferência até”, como as sobras de comida terem de cumprir

regras de conservação. De acordo com a ASAE, existe mau manuseio e falta de refrigeração, pelo que, para assegurar que os géneros alimentícios são de qualidade, eles têm de passar a contar com um selo de qualidade. -----

----- Em quarto lugar, talvez inesperadamente, uma ou outra freguesia deixou de apoiar as equipas de voluntários, rescindindo a cedência de espaços para a recolha e distribuição dos alimentos desperdiçados. Deslocalizadas, estas equipas voltaram a andar com ‘a casa às costas’, montando e desmontando estruturas de apoio à distribuição dos alimentos, o que faz que “com este calor e ao ar livre, o pão endurece muito mais facilmente e não é consumível” e outros produtos se tornem perecíveis, comprometendo a qualidade dos alimentos. São situações nas quais o Comissariado pouco pode intervir, mas que poderão ser ultrapassadas com os devidos apoios governamentais. -----

----- Em quinto lugar, há que reconhecer que os produtos alimentícios não podem ser distribuídos independentemente de situações alergológicas ou dos casos clínicos dos consumidores, como hipertensão, diabetes, etc., pelo que há que garantir níveis de saúde pública, por meio do acompanhamento clínico dos destinatários dos produtos alimentares. -----

----- Em suma, é fundamental esclarecer que, quando estamos a falar de combate ao desperdício alimentar, é preciso que se tenha consciência de que não estamos a falar de meras medidas assistencialistas. Combater o desperdício alimentar não é dar as sobras aos pobres, é antes fazer com que todas as pessoas tenham condições de acesso aos bens alimentares que já existem no mercado. -----

----- Mas é também o alertar para regras quanto à retirada de determinados alimentos dos circuitos comerciais, como frutas e produtos hortícolas, onde indevidamente se associam a qualidade do produto ao seu aspeto, dimensão e calibragem, critério que não tem rigorosamente nada que ver com qualidade e que contribui extraordinariamente para grandes lógicas de desperdício alimentar, que têm de ser combatidas. Felizmente, já existem circuitos de oferta, por exemplo, da denominada ‘fruta feia’. -----

----- Falta, enfim, encontrar respostas sustentáveis para a inevitabilidade da integração de pessoas e famílias em condições de evidente debilidade clínica e de fragilidade dos seus níveis social e económico. -----

----- É neste sentido que “Os Verdes” apresentam a sua recomendação, para que o trabalho inicial coordenado pelo Comissariado, não se fique pelo caminho após a sua extinção. Falta agora a sua integração numa rede de apoios de âmbito nacional que lhe dê continuidade.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Aproveitamos este pedido de palavra, queríamos começar por saudar a iniciativa do PEV. A apresentação da recomendação referente ao combate ao desperdício alimentar é relevante acima de tudo pelo apelo que aqui deixa ao Governo, no sentido de criar estratégias nacionais que permitam replicar o combate ao desperdício

alimentar e as ações de informação e sensibilização, entre outras medidas mais práticas e que deveriam ser aplicadas a todo País. -----

----- Independentemente de determinadas coisas que possam ser ajustadas e que no dia-a-dia se vão apercebendo que temos que as melhorar, a verdade é que as boas práticas devem ser replicadas. -----

----- É importante salientar que Lisboa é um exemplo internacional nesta área, com a criação, em 2104, do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar. Uma referência que é mérito do Comissário João Gonçalves Pereira e do Vereador João Afonso, mas particularmente daqueles que trabalham, todos os dias e voluntariamente, para esta nobre causa. -----

----- Hoje, representa já uma rede de trabalho com 94 entidades, públicas e privadas e que levam mais 2 milhões de refeições anuais a quem necessita. -----

----- Este projeto continua a alargar a sua rede de abrangência, acolhendo novos parceiros, comunidades, instituições, sendo internacionalmente reconhecido pela FAO, Nações Unidas, o que é uma referência obviamente. -----

----- Assim, o CDS-PP subscreve esta recomendação, sendo um tema que é transversal na sociedade e que estamos certos, também é transversal a todos os partidos. -----

----- Queremos que Lisboa seja um exemplo para todos os Municípios e motivo de estudo e inspiração para o Governo na elaboração de um programa nacional.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Tenho a informação que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa quer fazer uma intervenção. -----

----- Informa-me agora a Senhora Secretária que o PEV quer fazer uma pergunta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “É um pequeno esclarecimento que eu me esqueci quando estive ali cima. -----

----- É que, quando as moções e recomendações foram distribuídas, a Senhora Presidente que não está presente neste momento, redirecionou esta recomendação para a 4ª Comissão. Quando, julgamos nós, deve ser acompanhada pela Comissão de Direitos Sociais, portanto, é a 6ª Comissão de direitos sociais que costuma acompanhar este tema e proponho que assim seja feito. Verdade, 6ª Comissão, o Vereador confirma e eu agradeço Senhora Presidente em Exercício, essa correção, claro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado será em conferência de líderes, a sua proposta será analisada.”

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra disse o seguinte:

----- “É só no âmbito desta discussão, o Senhor Vereador João Gonçalves espera que a comissão para esta área de desperdício alimentar estava a solicitar a palavra e depois, penso eu, não tenho a certeza, que o Senhor Vereador João Afonso também. ---

----- Estava a dizer que o Senhor vereador João Gonçalves Pereira, que é comissário para área do desperdício alimentar, solicitou a palavra e é nesse sentido para poder dar a palavra ao Senhor Vereador João Gonçalves Pereira.”-----

----- **O Senhor Vereador João Gonçalves Pereira** no uso da palavra disse o seguinte:-----

----- “Pedi para usar da palavra pela primeira vez neste mesma câmara, por uma causa que me diz muito e começar evidentemente por saudar, acompanhar e sublinhar aquilo que é esta iniciativa do PEV aqui na Assembleia Municipal, mas iniciativa essa que também acompanhei, aplaudi e sublinhei quando foi na Assembleia da República para que o ano 2016 fosse o ano de combate ao desperdício alimentar.-----

----- E, portanto, nesse sentido, acho e entendo que é uma iniciativa mais do que pertinente e algumas das dúvidas, questões e em certa medida também recomendações do próprio PEV, seja na própria moção, seja na intervenção oral que aqui fez são bastante pertinentes. Dar um esclarecimento, quer eu quer o Vereador João Afonso reunimos com o Governo sobre esta mesma matéria, com o secretário de Estado que tutela esta mesma área. E, há uma linha de continuidade com o anterior Governo, ou seja, no sentido da prioridade que é a intervenção nesta área, da existência de um plano nacional, da existência de uma plataforma e de um observatório também nacional que consiga compilar os vários dados e a informação existente. E, portanto, eu diria que me parece estar no bom caminho.-----

----- Disse o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes, relativamente ao encerramento...eu tenho por hábito não me comprometer com datas, por uma questão de segurança. Em regra não me comprometo muito com datas, mas admito e o Senhor Deputado Municipal já está a puxar possivelmente uma declaração qualquer que eu tenha dado há uns meses atrás. E é verdade, eu calculo que disse em Setembro/Outubro de 2016, isto derrapou um bocadinho e eu diria que houve aqui, tal como Lisboa tomou a dianteira com muito atrevimento ao ter um plano municipal que tivesse uma cobertura territorial em toda uma cidade, isso aí houve atrevimento, houve arrojo.-----

----- Evidentemente que terminar em Setembro de 2016 ou no primeiro trimestre de 2017, que é aquilo que eu e o Vereador João Afonso calculamos que esteja o plano encerrado, eu prefiro que ele termine mais tarde. Assumir que houve muito otimismo, se calhar relativamente à primeira data, mas é preferível que esta rede esteja absolutamente consolidada na cidade.-----

----- Mais só duas ou três observações. Em relação à rede alimentar, em que foi falado aqui o problema que muitas vezes pode ocorrer com a qualidade ou as condições de cada refeição que é dada, evidentemente que há aspetos a corrigir, há aspetos a melhorar. Agora eu dou o exemplo sempre que é o exemplo da sopa, uma sopa em nossa casa, ao jantar a sopa está perfeitamente apta para consumo, se for preciso no dia seguinte imediatamente o almoço ela já não está em condições de ser consumida. --

----- E, portanto, há aqui uma preocupação muito grande das instituições, há uma preocupação do comissariado, mas também a esse propósito dizer o seguinte. Ainda quarta-feira, portanto, hoje é terça, portanto, amanhã, quinta e sexta, haverá um

conjunto de visitas, cerca de 22 visitas, na cidade de Lisboa a várias instituições onde ir o comissariado municipal juntamente com a ASAE, precisamente para aperfeiçoar aquilo que ainda há para aperfeiçoar. -----

----- Este é um processo contínuo que não termina, agora o que é certo é que pela primeira vez, nós podemos ter alguns números palpáveis. E, nesse sentido e o último relatório foi espelho disso, há cerca de 2,1 milhões de refeições servidas por ano, no último ano, com 94 entidades parceiras que compõe esta rede alimentar. Esta é uma rede alimentar que consegue dar resposta alimentar a 2700 famílias e isso é relevante, agora, eu concordo em absoluto com aquilo que o Senhor Deputado aqui disse. Isto não pode ser entendido como uma reflexão para a vida, o objetivo não é esse nem nunca foi.-----

----- Uma refeição é algo que alguém tem direito, evidentemente enquanto cidadão, mas estas refeições também devem servir para diagnosticar o problema que determinada pessoa tem, se é um problema de toxicodependência, se é um problema de demência, se é um problema de desemprego, etc., etc., e tem que se através desta mesma rede, obter estas respostas sociais. Daí que, a própria Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem reconhecido a importância desta rede alimentar, precisamente para encontrar e dar resposta social a problemas, que são problemas que evidentemente que não são de esquerda nem direita, são preocupação de todos. -----

----- Terminaria apenas só com uma nota e que é a seguinte. Primeiro destacar aqui o papel importantíssimo das juntas de freguesia. Eu devo dizer que tendo um comissariado municipal que tem orçamento zero, o orçamento municipal é zero, eu costumo dizer que o meu grande orçamento são as pessoas, é as boas vontades, esse é o meu orçamento municipal. E, nesse sentido, tenho encontrado na sociedade civil, seja ao nível dos voluntários, seja ao nível das empresas, seja ao nível das paróquias, seja ao nível de várias confissões religiosas, mas também ao nível das juntas de freguesia. E, eu acho que os presidentes de junta de freguesia e as suas equipas, têm dado um excelente exemplo de entrega, de trabalho, de contributo e de coordenação. Não quer dizer que não haja um trabalho a fazer, evidentemente há muito trabalho a fazer. -----

----- Agora vou terminar Senhora Presidente e agradeço a sua tolerância. Como foi a primeira intervenção que aqui fiz e, se calhar, possivelmente, não farei mais nenhuma até ao final do mandato e, portanto, mas agradecer essa disponibilidade.-----

----- Terminar aqui com uma nota. E essa nota é uma nota de vida e é uma nota que deve ser feita em relação ao papel e ao empenho do Vereador João Afonso, o Vereador dos direitos sociais. Nós costumamos brincar os dois a dizer que o único denominador comum que temos os dois é o combate ao desperdício alimentar, o João Afonso adicionou mais um denominador comum que é o bom sentido de humor de ambos e é verdade.-----

----- Mas a verdade é que o Vereador João Afonso tem estado empenhado, a sua equipa tem acompanhado, e eu estou seguro e estou tranquilo Senhor Deputado Sobreda Antunes, estou seguro que o comissariado ficará muito bem entregue, em

boas mãos e que essa rede alimentar será um orgulho para a cidade de Lisboa, mas também será seguramente uma referência nacional e uma referência internacional. -----
----- Muito obrigado pela tolerância, muito obrigado Senhora Presidente em exercício e Vereador Duarte Cordeiro.”-----
----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra disse o seguinte: -----
----- “Três ou quatro questões, talvez quatro questões.-----
----- Primeira, o objetivo deste comissariado do plano de combate ao desperdício alimentar da cidade de Lisboa e da constituição do comissariado, era no fundo estabelecer-se como uma plataforma aceleradora e de institucionalização de montagem de uma estrutura de cidade no combate ao desperdício alimentar.-----
----- Ou seja, partindo do existente na cidade de Lisboa, sabendo das suas várias configurações, os possíveis parceiros para esta tarefa, juntar vontades, trabalharmos em conjunto e permitir que estes trabalhos chegassem mais longe, chegassem a mais pessoas, chegasse a mais instituições e que uns colaborassem com outros, trazendo cada um aquilo que têm melhor daquilo que estavam a fazer. Mas durante determinado período de tempo, para depois esse trabalho ser assumido pela Câmara Municipal de Lisboa. Neste caso e, neste momento, com esta vereação, no caso sob a minha responsabilidade, mas, no fundo que a CML servisse depois de plataforma para este trabalho.-----
----- O calendário desse tempo, obviamente tentamos ser o mais objetivos e temos a noção que quanto mais breve for e quanto mais cedo terminar o trabalho de comissariado, mais tempo vamos ter para estruturar no âmbito da CML, o que continua a ser o nosso objetivo. Não será, possivelmente, e feito o relatório, este último relatório, chegámos à conclusão que seria quase impossível terminar, ou seria impossível e poderíamos estar a pôr em risco alguma repercussão e algumas atividades se terminássemos no último trimestre de 2016, estamos convictos que, no primeiro trimestre de 2017, vai ser possível. -----
----- O contacto a nível governamental permite-nos, desde logo, na lógica de observatório, ou seja, de definição de parâmetros de avaliação e, portanto, de estabelecimento de regras, a ligação a uma estratégia nacional. -----
----- Um dos principais eixos deste trabalho é o da qualidade alimentar. Qualidade alimentar não só para quem, nas três vertentes, ou seja, quem disponibiliza alimentação, quem a distribui, quem a recolhe e distribui, mas também para quem a recebe. E, muitas vezes, as queixas vêm de quem a recebe, mas talvez também muitas vezes as razões de queixa sejam dos próprios que não têm informação necessária. -----
----- Portanto, as formações e as informações que estamos a disponibilizar, e vamos disponibilizar de uma forma mais organizada e mais sistematizada dentro em breve, tem estas três vertentes e é essas três vertentes que queremos apostar.-----
----- Eu creio que é sempre importante dizer que estamos a aproveitar o que é disponível, mas esta não é a solução para o problema da alimentação, da fome e das condições de vida da população. Isso é uma matéria consciente de todo o comissariado, mas não deixa-nos de fazer trabalhar para aproveitar aquilo que está disponível.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Eu penso que está terminado.-----

----- Eu devo dizer informar a Assembleia que o Senhor Vereador beneficiou do tempo cedido pelos Cidadãos Independentes.-----

----- Findo a parte das intervenções, passaríamos agora à parte das votações.-----

----- Tenho a informação que para a Moção nº 1 ‘Serviço Nacional de Saúde’, o MPT e o PS pedem uma votação ponto a ponto. Gostaria de saber se alguém se opõe? Não se opondo passaríamos então à votação da Moção nº 1, ponto a ponto.-----

----- Eu peço a quem está na sala e que não é Deputado Municipal o favor de sair, porque vamos entrar no período de votações, obrigada.-----

----- Passaríamos então agora à votação da Moção nº 1, ponto a ponto.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 1 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 1 da Moção nº 1/113 foi **aprovado**, com abstenção de CDS-PP e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 2 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 2 da Moção nº 1/113 foi **aprovado**, com o voto contra de CDS-PP, abstenção de MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. --

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 3 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 3 da Moção nº 1/113 foi **aprovado**, com os votos contra de CDS-PP, MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 4 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 4 da Moção nº 1/113 foi **rejeitado**, com os votos contra de PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN, 6IND, abstenção de BE e votos a favor de PCP, PEV e PAN. --

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 5 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 5 da Moção nº 1/113 foi **rejeitado**, com os votos contra de PS, CDS-PP, MPT, PNPN, 6IND, abstenção de PSD e votos a favor de PCP, BE, PEV e PAN. --

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 6 da Moção nº 1/113**, apresentado pelo PCP. O Ponto nº 6 da Moção nº 1/113 foi **aprovado**, com abstenção de PSD, CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- (A **Moção nº 1/113**, apresentada pelo PCP, fica anexada à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) ”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou oralmente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “A nossa Declaração de Voto Oral é a seguinte.-----

----- Votámos favoravelmente os Pontos nº 1, nº 2 e nº 3 desta Moção nº 1/113, apesar de termos as maiores reservas quanto ao teor das deliberações, mas evidentemente não pomos em causa questões constitucionais.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Passamos agora à Recomendação nº 1/113 ‘Requalificação da Praça Francisco Sá Carneiro’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 1/113**, apresentada pelo PSD. A Recomendação nº 1/113 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (A **Recomendação nº 1/113**, apresentada pelo PSD, fica anexada à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- Passemos então à Recomendação nº 2/113 ‘Combate ao desperdício alimentar’.---

----- Tenho a informação que o CDS subscreve a referida recomendação, passaria então à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 2/113**, apresentada pelo PEV. A Recomendação nº 2/113 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (A **Recomendação nº 2/113**, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- Chegámos ao fim do nosso período de votações.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/PS E IND/2016 – DEBATE TEMÁTICO “A HABITAÇÃO EM LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE, 34 MINUTOS.** -----

----- (A **Proposta nº 001/2016**, fica anexada à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Passaríamos agora ao Ponto nº 3 da nossa ordem de trabalhos, apreciação da proposta ‘habitação em Lisboa’.-----

----- Eu pergunto se alguns dos grupos que subscreve querera fazer a apresentação da referida proposta?-----

----- Estou a ver que a Deputada Ana Gaspar quer fazer uma intervenção, faça favor.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito brevemente, introduzir este debate que é proposto pelos companheiros do PS e por nós, dizendo muito simplesmente que este é um debate que surge na confluência de um trabalho conjunto de todos os partidos e todas as forças aqui presentes que nós espelhámos, para discutir esta questão da habitação nas suas várias variantes. Portanto, no fundo, é um pouco regressar ao tema de um filme que todos nós vemos e revemos que é o passado, o presente e o futuro. Não é?-----

----- Um futuro que tem de ser de sustentabilidade, mas com base nos dados históricos do que é a habitação em Lisboa, do que foi. E, para isso, trazer os contributos dos servidores que fazem esta sinalização, depois também dos vários agentes dentro da cidade, de quem faz política de habitação e, por fim, o que é que será em Lisboa e esperando um pouco, também depois o restante país, uma habitação que tem de ser de modo sustentável para todos.-----

----- Queria ainda dizer-vos que esperamos com este debate, para o qual já contribuíram o CDS e o BE com sugestões, que o que está aqui é, eu sei que esta é uma palavra que não é amada mas que utilizo muito, é um esquisso do debate, mas que as colaborações continuam a ser possíveis. -----

----- O que está aqui, portanto, é a ordenação dos convidados e o formato porque temos que avançar. A primeira sessão nós propúnhamos fazê-la já ainda em Julho, porque urge, e depois faríamos a segunda sessão em Setembro e depois a outra. Portanto, há tempo ainda para indicar, se o quiserem, mais contributos que serão certamente bem-vindos e obrigado a todos e a todas porque, de facto, isto é um trabalho conjunto do hemiciclo que a nós cidadãos muito nos apurou.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação a este debate, obviamente nós estamos de acordo com ele, mas na realidade apresentámos dois nomes. Um deles vem referido na proposta, Tiago Mota Saraiva e aí vem a AIL (Associação de Inquilinos de Lisboa) incluída também, mas não vem o nome que indicámos que é António Machado.-----

----- Parece que primeiro apareceu uma proposta dos Deputados Independentes, informaram-me que iriam apresentar uma proposta, agora esta proposta é subscrita pelo PS e pelos Deputados Independentes. Já foi consensualizada portanto, a realização da primeira sessão no dia 14 de Julho, mas na matéria que está enunciada, não são avançados os nomes de quem vai intervir. E a uma semana do debate parecemos, de facto, que tudo isto ainda está muito atrasado. Era bom que estivesse mais trabalhado para realmente se puder avançar. -----

----- Portanto, o que nós questionamos e perguntamos é: Qual é a proposta dos oradores para 14 de Julho? E, obviamente, lembramos aqui, ainda a Deputada Ana Gaspar falava de esquisso, esquisso é uma coisinha, portanto, esta matéria tem, de facto, de ser clarificada, tem que ser informada o mais rapidamente possível aos Deputados Municipais para sabermos, de facto, o que é que vamos ter, com quem vamos estar, quem é que vai intervir no dia 14 deste mês.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O MPT junta-se também a esta proposta, acha que é um debate importante e que terá que ser sempre bem estruturado. E, nesse sentido, achamos que haver uma primeira sessão em Julho, depois haver férias e a continuação em Setembro, cria aqui um hiato que pode não ser salutar para o mesmo. Por isso, o MPT concordando com o debate temático, considera que esta primeira reunião a 14 de Julho, não se adequa ao melhor desenvolvimento do mesmo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício,** no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Senhor deputado, eu com todo o respeito que me merece a sua intervenção, penso que o assunto foi apreciado em conferência de líderes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Esteve em conferência de líderes, onde também frisei exactamente o mesmo ponto, mas não o quis deixar de trazer aqui à Assembleia e ao conhecimento dos restantes Deputados.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Relativamente à última intervenção, de facto, isto foi, digamos que foi abordado várias vezes, até aquando da apresentação inicial que fiz, em nome então só dos Cidadãos por Lisboa, do nosso esquisso inicial a que foram chegadas outras intervenções, mas chegámos à conclusão que ainda era passível de fazer com alguma calma este debate. Pronto, eu acolho aquilo que o colega Deputado diz, não foi aqui, não nos convenceu, foi só isto, mas esperamos que se possa fazer. -----

----- Relativamente áquilo que o PCP diz, total razão. Eu vou apontar este nome, porque este nome não me estava dentro do elenco, não sei concretamente o que é que se passou, respondemos com toda a franqueza. Relativamente ao que diz, eu percebo, mas tal como nos outros debates, a Senhora Presidente fará agora, portanto, o trabalho que nós apresentámos não foi invalidado. Este, digamos, é o esquisso que nós temos que aprovar aqui do modelo, mas há uma continuidade. Se calhar o que devia estar aqui, era ainda a proposta que eu apresentei dos nomes. Não é? Em que estava já delimitado, pronto é essa falha, anotamos isso. -----

----- O Senhor Presidente fará, de facto, os convites e logo que os convites estejam, porque há neste momento até gente de férias, serão apresentados, mas acolhemos aquilo que diz. Mas atempadamente terão que ser, perdão, não consigo ouvir. -----

----- Sim, terão que ser depois dos convites. Os oradores têm a ver com o que eu apresentei, não conseguíamos trabalhar de outra maneira. Sim, eu penso francamente que vamos conseguir, eu percebo o que está a dizer, mas eu acho que vamos conseguir e, portanto, o que falta aqui de facto, é esse, digamos, é o anexo. Não é?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, disse o seguinte: -----

----- “Finda a intervenção da Senhora Deputada Ana Gaspar dou por findo os trabalhos desta sessão. Peço desculpa, já estava a saltar um degrau, peço desculpa. -----

----- Passemos então à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 001/2016**. A Proposta n.º 001/2016 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Dou por findos os trabalhos, uma boa tarde e muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou eram dezassete horas e onze minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----